

Vorcaro dará dois depoimentos na próxima semana no Senado

Novos desdobramentos, na PF e STF, agregam novos ingredientes à crise

Por Beatriz Matos

A próxima semana deve ser, ou ao menos promete ser, esclarecedora no cerne das investigações que cercam a fraude bancária do Banco Master. Tudo isso porque Daniel Vorcaro vai ser ouvido pela primeira vez em duas comissões do Senado Federal. O banqueiro falará primeiro à CPI do INSS, na segunda-feira (23), e no dia seguinte à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

A ordem dos depoimentos não é casual: a CPI quis ouvi-lo antes da comissão técnica para evitar que o discurso fosse previamente calibrado.

No centro das oitivas estão mais de 250 mil contratos de empréstimos consignados sob suspeita de irregularidades, pois estes descontos teriam sido realizados sem autorização de aposentados e pensionistas.

A CPI quer saber quem autorizou, quem operou e se haverá ressarcimento.

Recentemente, o Correio da Manhã revelou, com exclusividade, histórias de vítimas dos falsos consignados. Professores da rede pública denunciaram descontos de empréstimos que afirmam nunca ter autorizado, numa operação que parece ter sido coor-



Divulgação/Banco Master

Daniel Vorcaro depõe no Congresso na segunda e terça-feiras

denada pelo sócio de Vorcaro, Augusto Lima, após comprar do governo da Bahia o CredCesta.

As vítimas aparecem como devedoras de contratos que variam entre R\$ 1,6 mil e quase R\$ 10 mil, com saldo devedor, número de parcelas e status de adimplência registrados normalmente nos sistemas. Os relatos apontam valores padronizados e que causam impacto direto no score de crédito destas pessoas que, agora, estão com nome sujo na praça e não conseguem adquirir empréstimos.

Enquanto isso, no Supremo Tribunal Federal (STF), a troca de relatoria com a saída de Dias Toffoli e a entrada de André Mendonça, foi recebida com expectativa. Mendonça já sinalizou que a Polícia Federal terá “carta branca” nas apurações. Agora, André Mendonça só está aguardando um novo relatório da Polícia Federal (PF), que deve acontecer até a próxima semana, para começar a tomar as primeiras decisões do caso.

Festas e influência

O escândalo vai além dos consignados. O Ministério Público junto ao TCU pediu investigação sobre autoridades que teriam participado de eventos promovidos por Vorcaro, como o “Cine Trancoso”, na Bahia. A investigação busca identificar a extensão do círculo de relações políticas e institucionais do banqueiro.

As festas passaram a integrar o radar das investigações à medida que se busca mapear o círculo de relações do banqueiro. No nú-

cleo baiano, o nome de Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro, também reaparece, especialmente pela ligação com a CredCesta e os desdobramentos envolvendo os falsos consignados do Master.

A expectativa em torno do depoimento de Daniel Vorcaro cresce na mesma proporção em que avançam as frentes de investigação sobre o colapso do Banco Master.

O caso deixou de ser apenas um escândalo financeiro para se tornar uma crise institucional que atravessa o sistema bancário, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Com operações da Polícia Federal (PF) em curso, troca de relatoria no STF e a instalação de um grupo de trabalho no Senado, o banqueiro passa a ocupar o centro de uma engrenagem política e jurídica que pode redefinir os rumos das apurações.

Segundo o jurista e analista político Melillo do Nascimento, o ambiente das audiências altera o jogo.

“Depoimentos em estruturas e espaços onde a política é maior do que o direito, como numa CPI e como uma Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, tendem a oferecer uma outra abordagem”, afirma. “Som e fúria, como diria o bardo inglês”.

Moraes reage e pressiona Receita Federal

Por Beatriz Matos

A investigação aberta pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para apurar supostos acessos irregulares a dados fiscais de ministros e familiares continua reverberando dentro e fora da Receita Federal. No mesmo dia em que uma das servidoras investigadas prestou depoimento à Polícia Federal (PF), a reação da categoria levou o caso a um novo patamar institucional.

A servidora da Receita no Guarujá, Ruth Machado dos Santos, negou em depoimento ter acessado de forma indevida informações da advogada Viviane Barci, esposa de Moraes. Ela afirmou que realizava atendimento presencial a outro contribuinte no momento em que teria sido registrado o acesso aos sistemas.

Depoimento

Ruth foi ouvida por cerca de 40 minutos no dia da operação

deflagrada pela PF, na terça-feira de Carnaval (17). A ação, autorizada por Moraes a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), teve como alvo quatro servidores suspeitos de violação de sigilo funcional e eventual vazamento de dados fiscais.

Segundo informações repassadas à investigação, a servidora apresentou comprovação do horário do atendimento e afirmou não ter relação com os demais investigados. Sua defesa ressaltou os quase 32 anos de trajetória no serviço público, marcada por “correção, discrição e absoluto respeito às normas que regem a Administração Pública”.

Reação imediata

A operação provocou forte reação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional). Em entrevistas concedidas, o presidente da entidade, Kleber Cabral, criticou as medidas cautelares impostas a

um dos auditores investigados, classificando-as como excessivas. Horas depois, por determinação de Moraes, a Polícia Federal intimou o presidente da associação a prestar depoimento em razão das declarações.

O primeiro vice-presidente da Unafisco, Mauro Silva, também saiu em defesa da categoria e fez distinção técnica entre acesso irregular e vazamento.

“Se eu acesso sem justificativa no trabalho, mas guardo aquela informação comigo, não é vazamento de dados, é acesso imotivado”, afirmou. Segundo ele, “o acesso imotivado, se ao final ficar demonstrado, comprovado, depois de um processo administrativo com contraditório e ampla defesa, obedecendo um devido processo legal, gera somente uma advertência”.

Mauro também questionou a proporcionalidade das medidas cautelares: “Uma medida cautelar como essa, ela tem previsão legal, mas ela precisa ser útil”.



Rosinei Coutinho/SCO/STF

Moraes convocou depoimento de presidente da Unafisco